



Evento: XXVII Jornada de Extensão

ECONOMIA CRIATIVA E INVESTIMENTO PÚBLICO EM IJUÍ: UMA ANÁLISE DOS RECURSOS DESTINADOS À CULTURA NO MUNICÍPIO DURANTE O ANO DE 2025

Amanda Abeling da Rosa², Dionatan Mânica dos Santos³

¹ Projeto de extensão desenvolvido e financiado pela UNIJUÍ.

² Estudante do curso de Ciências Contábeis, bolsista do Programa UNIJUÍ de Incentivo ao Esporte e à Cultura.

³ Produtor cultural do projeto CIA CADAGY Corpo e Movimento.

INTRODUÇÃO

A economia criativa tem se destacado como um importante instrumento de desenvolvimento econômico, social e cultural dos municípios. Por meio da arte, da cultura, da criatividade e da inovação, esse setor contribui para a geração de emprego e renda, o fortalecimento da identidade local e a ampliação do acesso da população às diferentes manifestações culturais. A UNESCO reconhece a cultura e as indústrias criativas como elementos importantes para o desenvolvimento sustentável e para a geração de oportunidades econômicas e sociais.

Apesar dessa importância, a cultura ainda pode ocupar uma posição secundária nas prioridades dos investimentos públicos. A limitação de recursos pode dificultar a manutenção de projetos culturais, a valorização dos artistas locais e a continuidade de ações voltadas à população. Nesse contexto, torna-se relevante analisar de que maneira os recursos públicos e as parcerias institucionais contribuem para o fortalecimento da economia criativa em âmbito municipal.

A escolha do tema está relacionada à experiência da autora como bolsista de marketing da CIA CADAGY – Corpo em Movimento, projeto de extensão da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). A vivência no grupo possibilitou observar os desafios enfrentados por projetos culturais para manter suas atividades e a importância de editais, parcerias e recursos destinados ao setor. Essa experiência despertou o interesse em compreender como a cultura é financiada e desenvolvida no município de Ijuí.

A pesquisa também se relaciona diretamente com a área de Ciências Contábeis, uma vez que busca observar a origem, a destinação e a transparência dos recursos envolvidos em ações culturais. Além disso, o estudo relaciona-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, especialmente ao ODS 8, relacionado ao trabalho decente e ao crescimento econômico, e ao ODS 11, que trata de cidades e comunidades sustentáveis, considerando o papel da cultura no desenvolvimento econômico e social dos territórios.



METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental. O estudo concentra-se no município de Ijuí, com recorte temporal no ano de 2025, buscando identificar iniciativas culturais, recursos e formas de financiamento relacionados à economia criativa.

Para a realização da pesquisa, foram consultadas informações disponíveis em fontes institucionais e públicas, especialmente publicações do Município de Ijuí, da UNIJUÍ, do Ministério da Cultura e da UNESCO. Também foram consideradas informações relacionadas à Lei Complementar nº 195/2022, conhecida como Lei Paulo Gustavo, e ao SESC Circo – Edição Palhaçaria, realizado em Ijuí em agosto de 2025.

A análise foi realizada a partir da identificação dos valores divulgados, das instituições envolvidas, das formas de financiamento e das informações disponíveis sobre a aplicação dos recursos. No caso do SESC Circo, buscou-se verificar a existência de informações públicas referentes aos investimentos realizados na parceria entre o SESC, o Município de Ijuí e a UNIJUÍ.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise inicial demonstra que o município de Ijuí recebeu R\$ 717.205,91 por meio da Lei Paulo Gustavo, instituída pela Lei Complementar nº 195/2022. A legislação estabeleceu mecanismos de apoio financeiro da União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para ações emergenciais destinadas ao setor cultural.

Conforme informações disponibilizadas pelo Município de Ijuí, os recursos foram destinados ao apoio de produções audiovisuais e de outras áreas culturais. Entre os valores apresentados estão R\$ 344.121,30 para produções audiovisuais, R\$ 86.854,98 para reformas, restauros, manutenção e funcionamento de salas de cinema e R\$ 43.606,80 para capacitação, formação e qualificação no audiovisual.

Embora esses recursos estejam relacionados a uma política emergencial criada em razão dos impactos da pandemia sobre o setor cultural, sua aplicação demonstra a relevância do financiamento público para a continuidade e o fortalecimento das atividades culturais. Ao mesmo tempo, evidencia a necessidade de políticas de incentivo que ultrapassem ações pontuais e contribuam para a sustentabilidade dos projetos culturais no longo prazo.

Outro destaque do cenário cultural de Ijuí em 2025 foi a realização do SESC Circo – Edição Palhaçaria, ocorrido entre os dias 20 e 24 de agosto. O evento foi realizado em conjunto pelo SESC e pelo Município de Ijuí, com apoio da UNIJUÍ, oferecendo atrações circenses gratuitas à comunidade. A programação contou com espetáculos, oficinas formativas e atividades envolvendo artistas regionais, nacionais e internacionais.



A iniciativa apresentou impacto significativo na participação da comunidade. Conforme informações divulgadas pela UNIJUÍ após a realização do evento, o SESC Circo recebeu público superior a 11 mil pessoas e contou com a participação da CIA CADAGY em diferentes atividades, incluindo oficinas circenses realizadas com escolas do município e ações durante o evento.

Entretanto, embora o SESC Circo tenha sido realizado por meio de uma parceria entre diferentes instituições e tenha apresentado ampla divulgação de sua programação e resultados, não foram identificados, nas informações públicas consultadas para esta pesquisa, valores detalhados referentes ao investimento financeiro total realizado no evento ou à parcela de recursos destinada por cada instituição. Essa situação representa uma limitação para a análise contábil e financeira da iniciativa, pois não permite estabelecer com precisão o custo do evento nem comparar os recursos empregados com os resultados alcançados.

A ausência de informações financeiras detalhadas não significa necessariamente que não tenha havido transparência ou prestação de contas, mas demonstra uma dificuldade de acesso aos dados necessários para uma análise acadêmica sobre investimentos culturais. Nesse sentido, a transparência dos recursos empregados em projetos e eventos culturais é fundamental para que a sociedade possa compreender como as parcerias são estruturadas, quais recursos são utilizados e quais resultados são obtidos.

A análise do caso também demonstra que o investimento em cultura não deve ser observado apenas pelo valor financeiro aplicado. O retorno social pode ser percebido pelo número de pessoas alcançadas, pela valorização dos artistas, pela formação cultural, pela movimentação econômica e pela democratização do acesso às atividades culturais. Dessa forma, o SESC Circo apresenta-se como uma iniciativa com relevante alcance social e cultural, ainda que a ausência de dados financeiros públicos detalhados limite uma avaliação econômica mais aprofundada.

Sob a perspectiva das Ciências Contábeis, a análise desses investimentos permite discutir a importância do planejamento, da execução, do controle e da transparência dos recursos destinados à cultura. A disponibilização de informações claras sobre valores, fontes de financiamento, despesas e resultados possibilita uma avaliação mais precisa da eficiência e da efetividade das políticas culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada demonstra que a economia criativa possui importância significativa para o desenvolvimento cultural e social de Ijuí, especialmente por meio de projetos, eventos e políticas de incentivo que aproximam a população das diferentes manifestações artísticas. A Lei Paulo Gustavo representa um exemplo de investimento público direcionado ao setor cultural, enquanto o SESC Circo evidencia a importância das parcerias entre instituições públicas, privadas e acadêmicas para ampliar o acesso da comunidade à cultura.



No entanto, a pesquisa também evidencia desafios relacionados à continuidade dos investimentos e à disponibilidade de informações financeiras. Embora seja possível identificar valores destinados por meio da Lei Paulo Gustavo, não foram localizados, nas fontes públicas consultadas, dados detalhados sobre os investimentos financeiros realizados especificamente no SESC Circo de 2025. Essa limitação dificulta uma análise mais precisa sobre os custos e a eficiência financeira do evento.

Nesse sentido, a transparência constitui um elemento essencial para o acompanhamento dos recursos destinados à cultura. A divulgação de informações sobre valores investidos, fontes dos recursos, despesas realizadas e resultados alcançados pode contribuir para fortalecer o controle social e possibilitar avaliações mais completas sobre as políticas públicas culturais.

Conclui-se que o fortalecimento da economia criativa em Ijuí depende não somente da realização de eventos e projetos culturais, mas também da existência de políticas de financiamento contínuas, planejamento adequado e transparência na aplicação dos recursos. Para a área de Ciências Contábeis, esse cenário demonstra a importância da contabilidade e da gestão pública como instrumentos de acompanhamento e avaliação da utilização dos recursos, contribuindo para que os investimentos culturais sejam realizados de maneira eficiente e alinhada às necessidades da comunidade.

Palavras-chave: Economia criativa. Cultura. Investimento público. Transparência. Ijuí.

AGRADECIMENTOS

Agradece-se à Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) pelo incentivo e financiamento das atividades desenvolvidas no âmbito do Programa UNIJUÍ de Incentivo ao Esporte e à Cultura, bem como à CIA CADAGY – Corpo em Movimento pela experiência e pelas oportunidades de aprendizagem proporcionadas durante o desenvolvimento do projeto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Presidência da República. Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022. Dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural. Brasília, DF: Presidência da República, 2022.

IJUÍ. Município de Ijuí. Lei Paulo Gustavo. Ijuí, RS: Município de Ijuí. Disponível em: "Município de Ijuí – Lei Paulo Gustavo" (<https://reference-url-citation.invalid/6>). Acesso em: 02 ago. 2026.

IJUÍ. Município de Ijuí. Sesc Circo foi lançado oficialmente em Ijuí. Ijuí, 8 ago. 2025. Disponível em: "Município de Ijuí – Sesc Circo" (<https://reference-url-citation.invalid/7>). Acesso em: 02 ago. 2026.



UNESCO. Creative economy. Paris: UNESCO. Disponível em: "UNESCO – Creative Economy" (<https://reference-url-citation.invalid/8>). Acesso em: 02 ago. 2026.

UNESCO. Culture and the 2030 Agenda. Paris: UNESCO. Disponível em: "UNESCO – Culture and the SDGs" (<https://reference-url-citation.invalid/9>). Acesso em: 02 ago. 2026.

UNIJUÍ. Sesc Circo: Unijuí integra programação com espetáculos e ações da Cia Cadagy. Ijuí, 8 ago. 2025. Disponível em: "UNIJUÍ – Sesc Circo" (<https://reference-url-citation.invalid/10>). Acesso em: 01 ago. 2026.

UNIJUÍ. Sesc Ijuí apresenta prestação de contas do Sesc Circo à reitoria da Unijuí. Ijuí, 24 set. 2025. Disponível em: "UNIJUÍ – Prestação de contas do Sesc Circo" (<https://reference-url-citation.invalid/11>). Acesso em: 01 ago. 2026.